

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
DA SEGURIDADE SOCIAL	25
1. Evolução da seguridade social	26
1.1. No direito estrangeiro.....	26
1.2. No Brasil.....	28
2. A seguridade social na constituição de 1988.....	35
2.1. Previdência social.....	35
2.2. Assistência social e saúde	36
3. Princípios constitucionais da seguridade social	37
3.1. Universalidade da cobertura e atendimento.....	37
3.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	38
3.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	38
3.4. Irredutibilidade dos benefícios.....	39
3.5. Equidade na forma da participação no custeio.....	39
3.6. Diversidade na base de financiamento	40
3.7. Caráter democrático e descentralização da administração	40
3.8. Princípio da solidariedade	41
3.9. Regra da contrapartida.....	42
CAPÍTULO 2	
DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL COMO OBJETO DO ENTE FISCAL TRIBUTÁRIO PREVIDENCIÁRIO: AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	45
1. Preliminares.....	45
2. As contribuições previdenciárias – aspectos constitucionais.....	46
3. Capacidade tributária ativa em contribuições previdenciárias	49
4. A unificação das receitas federal e previdenciária pela lei nº 11.457/07 – A problemática dos orçamentos continua	52
5. A parafiscalidade das contribuições sociais (previdenciárias) e a unificação das receitas federal e previdenciária pela lei nº 11.457/07	54

5.1. A parafiscalidade no direito pátrio	55
5.2. Conceito de parafiscalidade.....	56
5.3. Contribuições parafiscais: identidade e natureza jurídica.....	57
6. Tipos de contribuições previdenciárias na lei nº 8.112/91 e no decreto nº 3.048/99	61
6.1. Empregados	64
6.2. Empregadores.....	65

CAPÍTULO 3

DO DIREITO ADMINISTRATIVO A SER OBSERVADO PELO ENTE FISCAL TRIBUTÁRIO: O ESTADO COMO PODER FISCALIZADOR DE EMPRESAS E INSTAURADOR DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DAS OUTRAS ARRECADADAS PELA SRFB

SRFB	73
1. Introdução	73
2. O estado de direito	73
3. Separação de poderes	75
4. Administração pública	78
5. A força dos princípios no ordenamento jurídico.....	81
6. Princípios constitucionais básicos da administração pública	84
6.1. Legalidade.....	85
6.2. Impessoalidade.....	87
6.3. Moralidade.....	88
6.4. Publicidade.....	90
6.5. Eficiência	91
7. Outros princípios constitucionais, processuais e gerais explícitos e implícitos da administração e norteadores do processo administrativo fiscal da Receita Federal do Brasil quanto às contribuições previdenciárias.....	93
7.1. Supremacia do interesse público.....	93
7.2. Indisponibilidade do interesse público.....	95
7.3. Motivação	96
7.4. Razoabilidade	98
7.5. Proporcionalidade.....	99
7.6. Igualdade.....	100
7.7. Finalidade.....	101
7.8. Devido processo legal.....	102
7.8.1. A bipartição do devido processo legal.....	102
7.9. Ampla defesa e contraditório.	105
7.10. Autotutela.....	106
7.11. Responsabilidade do estado por atos administrativos	106

7.12. Segurança jurídica.....	106
7.13. Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	107
7.14. Especialidade.....	108
7.15. Controle ou tutela	108
7.16. Hierarquia.....	109
7.17. Continuidade do serviço público	109
7.18. Verdade material	111
8. Do poder de polícia como um dos poderes delineadores das atividades da administração.....	112
8.1. Características do poder de polícia.....	113

CAPÍTULO 4

DA PROCESSUALIDADE ADMINISTRATIVA APLICADA AO CONTENCIOSO

ADMINISTRATIVO FISCAL.....	115
1. Processo e procedimento.....	115
2. A processualidade ampla.....	116
3. Núcleo comum da processualidade	117
4. Conceito e finalidades	118
5. Atos e formalidades.....	120

CAPÍTULO 5

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO FISCAL.....

1. Noções preliminares	125
2. Do início da ação fiscal previdenciária – os procedimentos administrativos fiscais em fase não contenciosa.....	127
2.1. Do mandado de procedimento fiscal (MPF).....	129
2.2. Do termo de início da ação fiscal – TIAF	143
2.3. Da notificação para apresentação de documentos (NAD).....	144
2.4. Da aferição indireta ou arbitramento	145
2.5. Do crédito tributário levantado pelo ente fiscal da SRFB.....	149
2.6. Das obrigações previdenciárias principais a cumprir.....	152
2.7. Das obrigações previdenciárias acessórias a cumprir.....	154
2.8. Do termo de encerramento de ação fiscal (TEAF)	160
2.9. Das formalizações do lançamento tributário	160
2.9.1. Do auto de infração – procedimento à luz do decreto 70.235/72 Para as obrigações principais e acessórias.....	161
2.9.2. A notificação de lançamento (NL)	162
2.9.3. Da inadmissibilidade de existir lançamento tributário em auto de infração. Da notificação fiscal de lançamento como único meio adequado.....	162
2.9.4. O lançamento de débito confessado (LDC).....	164

2.9.5. O lançamento de débito confessado em GFIP (LDCG):.....	164
3. A fiscalização no âmbito da SRFB.....	164
4. Síntese.....	168

CAPÍTULO 6

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO FISCAL À LUZ DO DECRETO 70.235/72: AS DELEGACIAS DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS.....	173
1. Noções preliminares	173
2. Diferença entre lide judicial e a administrativa nas questões previdenciárias contributivas	175
3. Início do contencioso previdenciário fiscal.....	176
3.1. Fases de lançamento previdenciário fiscal e da impugnação.....	186
4. Provas	191
5. Julgamento da impugnação e a decisão administrativa	193
6. Recursos administrativos.....	195
7. O conselho administrativo de recursos fiscais (CARF) e a câmara superior de recursos fiscais (CSRF).....	201
7.1. Prazos para o papf à luz do decreto 70.235/72 e decreto nº 7.574/11.....	211

CAPÍTULO 7

TEMAS POLÊMICOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO FISCAL - À LUZ DO DECRETO 70.235/72.....	215
1. Revisão de acórdãos administrativos, pedidos de reconsideração e revisão administrativa	215
2. Proibição do <i>reformatio in pejus</i>	218
3. Inconstitucionalidade do depósito recursal e do arrolamento de bens para garantia de instância administrativa.....	221
4. A impossibilidade de apreciação da inconstitucionalidade de lei pelo conselho administrativo de recursos fiscais.....	239
5. A impossibilidade de submissão ao judiciário das decisões desfavoráveis à fazenda nacional	243
6. Algumas decisões do CARF e CSRF.....	245

CAPÍTULO 8

OUTROS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PREVIDENCIÁRIOS FISCAIS	249
1. A consulta previdenciária fiscal junto à SRFB	249
2. Parcelamentos junto à SRFB	258
3. Prova de regularidade fiscal de débitos previdenciários junto à SRFB.....	273
4. Processos de restituição e compensação de contribuições previdenciárias na SRFB.....	279
4.1. Restituição de créditos previdenciários.....	279

4.2. Compensação de créditos previdenciários.....	284
5. Pedido de isenção / imunidades das contribuições previdenciárias patronais junto à SRFB.....	289
CAPÍTULO 9	
PROCESSO JUDICIAL DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO.....	295
1. Aspectos introdutórios.....	295
2. Medidas de urgência e efeitos da concessão em matéria previdenciária fiscal...	298
3. Ações previdenciárias de custeio de iniciativa da fazenda nacional.....	299
3.1. Execução fiscal.....	299
3.2. Medida cautelar fiscal.....	314
4. Ações previdenciárias de custeio de iniciativa do contribuinte.....	318
4.1. Ação declaratória.....	319
4.2. Ação anulatória.....	323
4.3. Consignação em pagamento.....	327
4.4. Repetição do indébito.....	335
4.5. Mandado de segurança.....	339
CONCLUSÃO.....	347
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	355
APÊNDICE 1	
LEI Nº 8.212/91 – LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL.....	361
APÊNDICE 2	
DECRETO Nº 70.235/72 – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL.....	391
APÊNDICE 3	
LEI Nº 9.784/99 – LEI GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....	403
APÊNDICE 4	
LEI Nº 12.101/09 – LEI DA IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	411
APÊNDICE 5	
LEI Nº 11.941/09 – REFIS 4 E ALTERAÇÕES DO REFIS DA CRISE E DA COPA.....	425
APÊNDICE 6	
IN RFB Nº 1300/2012 – NORMAS DE RESTITUIÇÃO, COMPENSAÇÃO, RESSARCIMENTO E REEMBOLSO.....	457
PORTARIA MF Nº 343, DE 09 DE JUNHO DE 2015.....	481